

“(…) ENTRE O CÉU E O INFERNO, ENTRE O BRANCO E O PRETO, HÁ MUITOS CINZENTOS PELO MEIO (…)”

Luís Amaral

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

Boa tarde a todos. Em primeiro lugar gostaria de saudar os meus colegas de mesa e os demais presentes, e agradecer o convite que me foi dirigido pela Professora Celeste Natário. Devo começar também, e para além deste agradecimento, que é formal mas que é verdadeiro, por uma declaração de interesses. Sou historiador de formação, mais rigorosamente sou altimedievalista, e estudo matérias que pouco têm a ver com aquelas que aqui serão abordadas. Mas também é verdade que qualquer medievalista acaba por estudar — mesmo no âmbito da mais pura e dura História económica com a qual às vezes me cruzo — nos documentos com que quotidianamente lida, a realidade do Céu e do Inferno. Ora, tal como nos tempos medievos, se há sociedade marcada por estes parâmetros, é precisamente a sociedade actual. Acresce ainda que sou professor de História da Igreja e trabalho sobre instituições eclesiais, donde resulta que algumas coisas poderei dizer sobre o assunto, apesar de não ser esta a minha lavra como investigador. Segundo aspecto que quero sublinhar é o facto de ser medievalista. Tenho sempre dificuldades em falar de outros tempos que domino mal, o que não quer dizer que domine muito a Idade Média, sobretudo a Idade Média Central em que trabalho. Imaginei, por isso, que estaria um bocado como peixe fora de água, porque viria falar com gente que se reportaria especialmente à contemporaneidade. Em suma, pensei no que poderia trazer de interessante para a vossa reflexão e eventual discussão, que não fosse cair em banalidades, em particular naquelas que todos nós conhecemos.

Se há coisa que fascina o homem medieval, sobretudo o da Idade Média Central, é a ideia dos estados intermédios entre o Céu e a terra. O Céu e a terra, ou o Céu e o Inferno, não são propriamente invenções do cristianismo, são reutilizações de temas e de cenários anteriores e do diálogo permanente que se desenrola desde que há seres humanos na terra com consciência, com um princípio e um fim, e que se interrogam sobre se o fim é definitivo ou não. Todos sabemos isto. Claro que na Idade Média esse diálogo é pautado por critérios que são claramente cristãos, sendo que muitos deles na sua origem não o eram, mas já estavam suficientemente assimilados pelo cristianismo e traduzidos em linguagem cristã. O primeiro milénio, do ponto de vista da História Cristã, é um milénio de grande “arrumação”, em que se arruma a casa, em que se vai estreitando cada vez mais os caminhos, quer da prática quer do pensamento. Não significa que não continuem a existir margens, mas de facto vai-se estruturando um pensamento único. Surgiram problemas muito concretos e esses problemas foram-se acumulando na vida de sociedades cada vez mais diversificadas e não apenas de um ponto de vista religioso. Grandes alterações começaram a ocorrer sobretudo na viragem do décimo século para a centúria seguinte.

É um momento decisivo, é um momento em que se inicia a

construção da Europa. Essa construção da Europa, tal como a entendemos hoje, teve dimensões políticas, militares, económicas, sociais e teve também uma dimensão cultural e uma dimensão religiosa. Essa imensa construção que se está a colocar no terreno e que levará à criação dos reinos — Portugal surgirá em determinado momento como uma pequena alínea de todo esse processo —, exige também uma definição, uma clarificação, no campo religioso, nomeadamente dentro da Igreja Cristã. A articulação que se vai desenvolver, e que conduzirá a um processo de afirmação das autoridades eclesiais e da criação do verdadeiro Papado, levará também a essa arrumação das ideias e levará concretamente a debates vários sobre os tais estados intermédios. A grande questão era simples, e colocava-se ao comum das pessoas, entendendo que o comum das pessoas deveria saber muito pouco acerca das grandes formulações teológicas, e nem teria preparação para isso, mas a vida quotidiana era, digamos, influenciada, marcada, condicionada por essas realidades. A grande questão, que aliás já se debatia, sobretudo a partir do século IV, era: se se aceita que o Juízo Final de Deus é feito no momento da ressurreição dos mortos, na Parusia final, o que acontecia a todos aqueles que morreram antes? Ficavam à espera ou não? E ficavam à espera de quê? Ponto um.

Ponto dois. Vai-se levantando um outro problema, também a partir do século IV. Quando assistimos à recuperação da Filosofia antiga, daquilo que interessava aos cristãos, outra pergunta se vai colocando: o que é que se sabia de todos aqueles que viveram antes de Cristo? Se Deus estava na origem, o que é que acontecia a todos aqueles que morreram antes da vinda de Jesus? Portanto, por muita capacidade de devoção que tivessem ao Deus verdadeiro, não podiam ter tido acesso ao Deus revelado e incarnado em Jesus. Tinha que se encontrar espaço para eles.

Terceiro elemento fundamental, o século XI e o século XII são incontornáveis na História da formação da Europa. Do mesmo modo que assistimos a uma domesticação e ordenamento do espaço, assistimos também a uma domesticação de outras dimensões, nomeadamente a um gradual controlo e domínio da morte. Não bastava a expressão e a explicação biológica da morte, não bastava dizer que Jesus tinha vencido a morte, não bastava atestar a verdade inscrita na Ressurreição (a prova definitiva), era preciso, de facto, que o comum dos mortais tivesse a percepção do controlo absoluto da morte.

Quando cruzamos tudo isto, ou seja, quando cruzamos estes dados e elementos, percebe-se que eles necessitam primeiramente de sistematização, e em seguida necessitam de respostas. Assim, tanto no século XI, como, sobretudo, nos séculos XII e XIII, particularmente em ambientes monásticos que se dedicavam a procurar respostas, surgirá, digamos assim, uma restauração e não tanto uma invenção. A restauração,

ou se quiserem a “invenção” daquele que será o estado intermédio por excelência, o Purgatório, que virá a ter um fortíssimo impacto na cultura portuguesa, sobretudo a partir de Quinhentos, com a reforma tridentina.

Não interessa explicar tanto os fundamentos que regem o Purgatório, interessa sobretudo perceber como é que a estrutura do Purgatório se transforma numa estrutura intermédia de facto. Abre-se definitivamente a porta para que os vivos deste mundo interfiram no universo dos vivos do outro mundo. Esta é a questão fundamental. Pela primeira vez é possível solicitar aos que permanecem nesta vida uma contribuição activa na outra vida, acima de tudo socorrendo todos aqueles que, tendo esgotado a sua hipótese de salvação — a salvação só se alcança nesta vida —, tendo esgotado tudo, repito, vêem aberta uma hipótese de salvação através da acção e oração dos vivos. Estes são aspectos que, creio, a generalidade dos presentes sabe, mas ainda assim trata-se de factos de uma grande complexidade. Esta dialéctica é, por um lado, extraordinariamente complexa e, por outro, extraordinariamente simples, e vai ter reflexos espantosos na sociedade. A partir dessa altura desenvolve-se definitivamente e, sob muitos pontos de vista, chegou até aos nossos dias, o culto institucionalizado dos mortos dentro do universo cristão e em todas as expressões cristãs. Gerou imensos reflexos do ponto de vista social e do ponto de vista económico. A canalização de bens materiais e recursos económicos para as mãos das instituições eclesásticas a fim de sustentar o culto dos mortos foi verdadeiramente colossal, e acabou por proporcionar à Igreja enquanto instituição um acrescido poder de controlo. Já não é apenas a mediação, mas é também a negociação da salvação, ou seja, a capacidade de interferir nesse processo de salvação que pertence a Deus, como dom misterioso da sua Graça. Existe, pois, uma forma, uma maneira de “interferir” nos desígnios de Deus.

Ora, em relação a Portugal, apesar de se conhecer pouco deste quadro para o período medieval, pois os dados que chegaram até nós são muito escassos e avulsos, a verdade é que quando avançamos para o século XVI e daí para a frente, o Purgatório passa a ocupar um lugar central em toda a sensibilidade religiosa do catolicismo nacional (algo que nos parece indiscutível) e ibérico em geral.

Tudo isto acontece maioritariamente do lado católico, no âmbito de uma profunda reforma que tem, de facto, uma dimensão também de resposta à Reforma Protestante, uma dimensão de Contra Reforma. Para além desta realidade que se tem tornado cada vez mais óbvia a partir de estudos recentes, há uma outra percepção, ou seja, de que esta reforma, que se desencadeia no século XVI, foi antecedida por um conjunto de reformas, reformas pontuais, reformas sectoriais, não articuladas entre si, mas que aceleraram um processo que acabará por se organizar definitivamente no grande Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563.

O concílio distribuiu-se por várias sessões. Em Trento, poderíamos dizer em português corrente, aconteceram muitas coisas importantes. No entanto, do ponto de vista da Igreja Católica romana, a primeira fase foi aquilo que nós hoje chamaríamos uma espécie de “revisão da matéria dada”. Perante a contestação protestante procedeu-se à reavaliação de tudo, tudo foi discutido detalhadamente, começando-se pelos sacramentos, pelo papel de intermediação da Igreja, pela acção dos santos, etc., etc., etc.. Tudo foi analisado, tudo passado a “pente fino”, para se estabelecer doutrina, as mais das vezes para sistematizar. Mas esse esforço de sistematização foi muito importante, porque foi sobretudo um esforço de esclarecimento, inclusivamente para o lado católico. E não foi apenas esclarecer, mas também concatenar, indagar como é que todas as coisas se relacionavam entre si. Por isso esse colossal esforço de arrumação foi efectivo, e também do ponto de vista institucional, se bem que não interesse invocar agora e aqui esta dimensão.

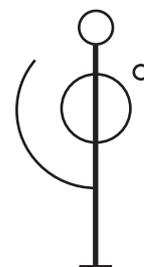
Neste contexto, o Purgatório vai assumir um lugar centralíssimo, não só porque tinha vindo a ganhar corpo, mas igualmente porque sustentava um elemento fundamental da crença cristã, particularmente aquilo que a partir do século XVI será a crença da Igreja Católica romana. Para esta, o Purgatório representava um elemento decisivo na forma

como amadurecera a sua fé, nomeadamente considerando o seu papel de intermediação que tanto se desenvolvera a partir dos séculos XII e XIII, em grande medida por influência monástica. Aqui se integra e compreende o culto dos santos e uma das suas vertentes mais materiais, o culto das relíquias, tão desenvolvido durante a época medieval. As críticas violentas da intermediação e do papel dos santos formuladas pelas Igrejas reformadas, colocavam em causa não apenas a veneração dos santos e das suas relíquias, mas deitavam também por terra toda uma estrutura que tinha sido extraordinariamente bem arquitectada, e na qual o Purgatório ocupava lugar central. Resulta daqui que Trento se preocupará imenso em sistematizar a ideia e a “realidade” do Purgatório. Aliás, deverá assinalar-se que estas discussões, como vos disse, acabam por chegar ao comum das pessoas, não tanto directamente, mas através da sermónaria, das homilias, da literatura religiosa, etc..

Portugal será muito marcado pelo reformismo católico. Veja-se, por exemplo, o que acontece com a pintura no decurso do século XVI (talvez o período mais expressivo da História da pintura portuguesa). Verificamos o número significativo de figurações quer do Purgatório quer do Limbo — o Limbo levar-nos-ia para outras discussões. Mas sobretudo no que diz respeito ao Purgatório, percebe-se que na sermónaria, na oratória sacra (a parenética), no discurso religioso em geral, a questão do Purgatório assumiu um lugar central. E porquê? Porque ele sintetiza essa capacidade de relação com o além através de formas palpáveis, visíveis. O comum das pessoas é solicitado a participar, a tratar da sua salvação antes de mais, mas a colaborar na salvação dos outros. Nunca mais deixará de ser um tema presente na cultura portuguesa. Não me sei pronunciar sobre o período contemporâneo, mas garantidamente até ao século XVIII a questão esteve bem presente nas múltiplas e diversificadas expressões do catolicismo português. Bastaria ver e ler os processos inquisitoriais para percebermos a importância que os inquisidores deram à questão da doutrina do Purgatório. A tentativa de demonstrar sempre que o Purgatório era esse estado intermédio praticamente incontornável para a progressão da alma de qualquer cristão após o seu passamento, transformar-se-á claramente num padrão da cultura religiosa portuguesa, desenvolvido, como é óbvio, de múltiplas formas.

Ficam estas ideias para animar eventual debate, e para percebermos que entre o Céu e o Inferno, entre o branco e o preto, há muitos cinzentos pelo meio, há muitos degraus intermédios.

Muito Obrigado.



Transcrição e edição:
Paula Cepeda

Revisão:
Luís Amaral